



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul Procuradoria-Geral de Justiça

XXVII Concurso Público

PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

S.P.Q.R. Prova Preambular

Instruções

1. Leia atentamente as instruções. Não manuseie este caderno de provas até receber autorização.
2. Para fazer esta prova, você usará:
 - a) este caderno de questões;
 - b) um cartão-resposta;
 - c) caneta esferográfica de tinta azul.
3. Ao receber autorização, verifique se no caderno constam todas as questões e se há falhas ou imperfeições gráficas que lhe causem dúvida. **Qualquer reclamação só será aceita durante os cinco minutos iniciais da prova.**
4. Ao receber o cartão-resposta, verifique se há marcações indevidas no campo destinado às suas respostas. Se houver, reclame imediatamente.
5. **O cartão-resposta deverá ser, obrigatoriamente, devolvido.**
6. As questões objetivas contêm cinco (5) alternativas, identificadas pelas letras **A, B, C, D e E**. Transcreva para o cartão-resposta a alternativa correta. **Há somente uma alternativa correta para cada questão**, a qual deverá ser marcada somente com caneta esferográfica na cor azul.
7. Não faça rasuras no cartão-resposta.
8. Procure responder todas as questões.
9. Durante a prova, sob pena de exclusão do certame, é vedado ao candidato:
 - a) comunicar-se com qualquer pessoa ou realizar qualquer consulta de legislação comentada ou não, papéis ou anotações de toda natureza, bem como a utilização de componentes eletrônicos de qualquer espécie, entre os quais, relógio com tecnologia digital, sob pena de eliminação do candidato e sua retirada do recinto;
 - b) ausentar-se do recinto, a não ser acompanhado de fiscal especialmente designado;
 - c) entregar a prova além do limite de tempo fixado para sua realização;
 - d) desrespeitar Membros da Comissão de Concurso ou da Equipe de Fiscalização, assim como proceder de forma incompatível com as normas de civilidade e compostura exigíveis de um bacharel de Direito.
10. O candidato somente poderá levar o caderno de questões após duas horas do início da prova.

DURAÇÃO DESTA PROVA: 5 HORAS

Direito Constitucional

1 - Sobre a intervenção federal:

- I - A Carta de 1988 vedou expressamente toda e qualquer forma de intervenção federal em Municípios.
- II - A intervenção federal é ato político-administrativo.
- III - Aquele que se achar investido na Vice-Presidência da República terá poder para decretar intervenção federal.
- IV - A intervenção federal é de iniciativa *ex officio* do Presidente da República.
- V - O Presidente da República está vinculado a opinião dos Conselhos da República e da Defesa Nacional.

Assinale a alternativa com as afirmações **corretas**:

- A) I e V.
- B) III e V.
- C) II e IV.
- D) I e IV.
- E) II e V.

2 - Para alguns autores, a segunda geração ou dimensão de direitos humanos fundamentais ficou exemplificada no art. 6º da Constituição Federal de 1988 através dos direitos:

- A) Ao trabalho e a igualdade.
- B) A reunião e a segurança.
- C) A alimentação e a personalidade.
- D) A educação e ao transporte.
- E) A previdência social e a liberdade religiosa.

3 - Por ordem constitucional, a União Federal deverá destinar à Região Centro-Oeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação. É **correto** afirmar que:

- A) A União aplicará por 40 (quarenta) anos os recursos, sendo o mínimo de 20% (vinte por cento) na Região Centro-Oeste.
- B) A União aplicará por 25 (vinte e cinco) anos os recursos, sendo o mínimo de 20% (vinte por cento) na Região Centro-Oeste.
- C) A União aplicará por 25 (vinte e cinco) anos os recursos, sendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) na Região Centro-Oeste.
- D) A União aplicará por 30 (trinta) anos os recursos, sendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) na Região Centro-Oeste.
- E) A União aplicará por 40 (quarenta) anos os recursos, sendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) na Região Centro-Oeste.

4 - Sobre o federalismo na Constituição de 1988, é **correto** afirmar que:

- A) No federalismo simétrico o pressuposto é que existe uma desigualdade regional, a exemplo que prescreve o inciso III, do art. 3º, CF/88.
- B) O sistema federal simétrico adotado, informa que cada Estado mantenha o mesmo relacionamento para com a autoridade central (União Federal).
- C) Ao ser adotado o federalismo simétrico a CF/88 reconhece a desigualdade jurídica e de competências entre os entes da Federação.
- D) A Constituição Federal de 1988 rejeita a ideia de federalismo assimétrico em razão do reconhecimento das desigualdades regionais.
- E) O federalismo assimétrico é reconhecido pela Constituição Federal de 1988 quando esta informa a igualdade jurídica e de competências entre os entes federados.

5 - São característicos do estado membro da federação brasileira:

- A) A soberania e a delimitação territorial.
- B) O autogoverno e normatização ilimitada.
- C) A autoadministração e soberania.
- D) A auto-organização e normatização ilimitada.
- E) A normatização própria e auto-organização.

6 - A competência legislativa quanto a sua extensão poderá ser:

- A) Originárias ou delegadas.
- B) Supletivas ou delegadas.
- C) Concorrentes ou originárias.
- D) Privativas ou delegadas.
- E) Exclusivas ou comuns.

7 - Sobre o modelo de constitucionalismo chamado de individualista, é **correto** afirmar que:

- A) Também é chamado de constitucionalismo revolucionário ou construtivismo político-constitucional.
- B) É o reflexo das forças sociais que estruturam o poder.
- C) O modelo individualista existe como magnitude política sendo, juridicamente considerado, digno de existir.
- D) Prega que deve existir coincidência entre o documento escrito e as forças determinantes do poder.
- E) Caracteriza-se pela estruturação corporativa dos direitos, pertenciam, num primeiro momento, a indivíduos enquanto membros de um estamento.

8 - Considere as seguintes afirmações sobre o direito fundamental à imagem:

- I - A imagem retrato é o direito relativo à reprodução gráfica (retrato, desenho, fotografia, filmagem etc.) da figura humana, mas não envolve o direito às partes do corpo e a voz.
- II - A imagem atributo pode ser aplicada à pessoa jurídica, quer através da proteção à marca ou do produto.
- III - A imagem atributo é o direito relativo a reprodução gráfica da figura humana.
- IV - O direito à imagem envolve o direito identidade, ou seja, de ter a sua imagem como forma de sua identidade.

Estão **corretas**:

- A) I e IV.
- B) I e II.
- C) II e IV.
- D) II e III.
- E) III e IV.

9 - Sobre o direito de associação é **correto** afirmar que:

- A) Possui base contratual.
- B) Tem caráter provisório.
- C) Necessita de cinco ou mais pessoas para ser exercido.
- D) A associação não pode representar judicialmente seus filiados.
- E) A associação pode sofrer interferências do Estado a qualquer momento.

10 - O *habeas corpus* pode ser impetrado por:

- I - Pessoa física.
- II - Pessoa jurídica.
- III - Estrangeiro não domiciliado no Brasil.
- IV - Analfabeto, bastando que alguém assine por ele.

- A) Apenas I está correta.
- B) I e II estão corretas.
- C) I e III estão corretas.
- D) I e IV estão corretas.
- E) Todas estão corretas.

11 - Sobre as medidas provisórias é **correto** afirmar que:

- A) Podem tratar de instituição de impostos, mas não de majoração de impostos.
- B) Perderão eficácia no prazo de 90 dias se não forem convertidas em lei.
- C) Se não for apreciada em até 60 dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência.
- D) É vedada edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a direito processual civil e organização do Ministério Público.
- E) É possível a edição de medida provisória sobre direito eleitoral.

12 - Nos crimes de responsabilidade, processar e julgar os membros do Conselho Nacional do Ministério Público compete:

- A) Ao Supremo Tribunal Federal.
- B) Ao Superior Tribunal de Justiça.
- C) A Câmara dos Deputados.
- D) Ao Senado Federal.
- E) Ao Congresso Nacional.

13 - Quando a inconstitucionalidade é decorrente de reforma, inovação hermenêutica ou alteração das circunstâncias fáticas fala-se em:

- A) Inconstitucionalidade consequente.
- B) Inconstitucionalidade orgânica.
- C) Inconstitucionalidade superveniente.
- D) Inconstitucionalidade antecedente.
- E) Inconstitucionalidade originária.

14 -As leis municipais que contrariem a Constituição Federal de 1988, podem sofrer controle de constitucionalidade concentrado através de:

- A) Ação direta de inconstitucionalidade por ação.
- B) Recurso especial.
- C) Mandado de Injunção.
- D) Avocação.
- E) Arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Direito Penal

15 - Analise as proposições abaixo:

- I - A responsabilidade penal objetiva é repudiada pelo sistema penal brasileiro, não havendo atualmente nenhum exemplo na legislação penal pátria desse tipo de responsabilidade.
- II - O sistema penal brasileiro somente admite a responsabilidade pessoal.
- III - O princípio da alternatividade é aplicável aos crimes plurinucleares.
- IV - Segundo o Supremo Tribunal Federal, a aplicação do princípio da insignificância atinge a tipicidade material em razão de a lesão jurídica ser inexpressiva, sendo irrelevante a inexistência de reiteração.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) Somente as proposições I e II estão corretas.
- B) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- C) Somente a proposição IV está correta.
- D) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- E) Somente as proposições II e III estão corretas.

16 - Em relação ao âmbito temporal de aplicação da lei penal, é **incorreto** afirmar que:

- A) A lei penal mais benéfica é a única que tem extra-atividade.
- B) A lei excepcional e a lei temporária possuem em comum o regime específico da ultratividade gravosa.
- C) A lei penal em branco, quando tem por objetivo garantir a obediência da norma complementar, não está subordinada à irretroatividade da lei mais severa e da retroatividade da lei mais benigna.
- D) No delito continuado, formado por uma pluralidade de atos delitivos, mas legalmente valorados como um só delito, para efeito de sanção, considera-se como tempo do crime aquele da prática de cada ação ou omissão.
- E) O Código Penal acolheu a teoria da ação ou atividade, sendo o tempo da infração penal tanto o da ação como o da omissão, independentemente do momento do evento.

17 - Assinale a alternativa **correta**:

- A) A culpabilidade prevista como circunstância judicial (Código Penal, art. 59), mensurável na fixação da pena-base, deve ser entendida como pressuposto da pena.
- B) É possível a aplicação da pena restritiva de direitos de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- C) Em relação à pena de multa, não se aplica a redução de metade dos prazos prescricionais quando o condenado for menor de vinte e um anos de idade ao tempo do crime ou maior de setenta anos de idade na data da sentença.
- D) Aos reincidentes condenados à pena igual ou inferior a quatro anos, se forem favoráveis às circunstâncias judiciais, o juiz pode aplicar o regime semiaberto, ainda que a reincidência seja em crime específico.
- E) Tratando-se de crime apenado com detenção, exige-se motivação idônea do julgador para impor ao condenado o regime fechado para iniciar o cumprimento da pena.

18 - Analise as proposições abaixo acerca da fixação da pena:

- I - Os crimes militares próprios e os crimes políticos não são considerados para efeito de reincidência.
- II - O aumento decorrente do crime continuado incide sobre a pena majorada pela causa especial de aumento de pena ou de circunstância qualificadora.
- III - Possuindo o réu duas condenações capazes de gerar reincidência, uma servirá de circunstância judicial e outra de agravante.
- IV - O reconhecimento da atenuante da menoridade implica na redução da pena após a majoração decorrente do concurso formal.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) Todas as proposições estão corretas.
- B) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- C) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- D) Somente as proposições I e II estão corretas.
- E) Somente as proposições I, II e III estão corretas.

19 - Em relação ao concurso de pessoas, é **correto** afirmar que:

- A) O Direito Penal brasileiro adotou a teoria unitária ou monista, com exceções pluralistas que provocam a punição dos agentes que concorreram para o mesmo fato de acordo com dispositivos legais diversos.
- B) Aquele que colabora para a conduta típica do autor, praticando uma ação que, em si mesma, é irrelevante para o âmbito penal, não pode ser considerado partícipe.
- C) A reforma penal de 1984 da parte geral do Código Penal tornou incompatível a aplicação da teoria do domínio do fato.
- D) É descaracterizado o concurso de pessoas, para fins penais, mesmo havendo pluralidade de pessoas e condutas, se um dos agentes for inimputável.
- E) É possível a participação nos tipos culposos, quando presente o liame subjetivo na cooperação consciente de alguém na conduta culposa de outrem.

20 - Em relação ao instituto da medida de segurança, é **correto** afirmar que:

- A) Para sua aplicação, é considerada a totalidade dos pressupostos jurídico-penais utilizados para a aplicação de uma pena.
- B) Não pode ser executada por prazo superior a trinta anos.
- C) Por não se configurar espécie de sanção penal, a medida de segurança não se submete às causas extintivas da punibilidade.
- D) A desinternação do agente submetido à medida de segurança será sempre definitiva, extinguindo-se a medida de segurança, sendo precedida de laudo que ateste a cessação da periculosidade.
- E) É aplicada por tempo indeterminado, especificando-se na sentença o prazo mínimo de sua duração, proibindo-se a realização do exame de cessação da periculosidade antes do decurso do prazo mínimo de internação.

21 - Assinale a alternativa **incorreta**:

- A) O filósofo Immanuel Kant foi um dos expoentes da concepção retributiva da pena, entendendo ser esta uma exigência ética irrenunciável, qualificando-a como um imperativo categórico, sendo a pena um fim em si mesma, não lhe correspondendo nada mais que simplesmente realizar a justiça.
- B) Para Hegel, também adepto do pensamento retributivo da pena, o Direito é a expressão da vontade racional e o delito constitui a expressão de uma contradição à racionalidade, sendo que a pena surge como um papel restaurador ou retributivo, fundamentando-se em razões de necessidade jurídica.
- C) Para Carrara, destaque da Escola Clássica, a pena fundamenta-se no restabelecimento da ordem externa da sociedade, quebrada pelo delito.
- D) Von Liszt – expoente das teorias relativas da pena – sustentou que a pena é idealizada como exemplo, voltada a dissuadir pela demonstração de desagrado e pela geração de um prejuízo.
- E) As chamadas soluções mistas ou ecléticas em relação ao fundamento da pena são as que dominam o debate doutrinário e jurisprudencial na atual quadra da história, sendo relevante a contribuição de Adolf Merkel ao sustentar ser fictícia a contraposição entre retribuição e prevenção, dizendo que a pena naturalmente possui as duas facetas, as quais, na verdade, não podem ser cindidas.

22 - Assinale a alternativa **correta**, segundo a orientação jurisprudencial dominante:

- A) A qualificadora do motivo fútil é compatível com o homicídio praticado com o dolo eventual.
- B) A qualificadora do homicídio praticado mediante recompensa é simples circunstância, com aplicação restrita ao executor do crime, pois é quem executa a ação motivado pela remuneração.
- C) O reconhecimento do homicídio privilegiado é incompatível com a qualificadora da utilização do meio cruel.
- D) O homicídio admite o perdão judicial, se privilegiado.
- E) Não é possível a coexistência, tratando-se de crime de homicídio, da qualificadora do motivo torpe com as atenuantes genéricas do motivo de relevante valor social ou moral e da coação resistível.

23 - Assinale a alternativa **correta**:

- A) Considerando-se a Lei nº 10.826/2013 (Estatuto do Desarmamento), não comete qualquer crime a pessoa que, possuindo autorização para o porte de arma de fogo permitido, adentra em local público com a arma muniada, podendo, entretanto, ser sancionada administrativamente.
- B) Em relação aos crimes previstos na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), as medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, observada a prévia manifestação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, do representante do Ministério Público.
- C) Aquele que oferece droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, à pessoa de seu relacionamento, para juntos consumirem, deve ser considerado usuário, nos termos do que dispõe a Lei nº 11.343/2006 (Lei de Tóxicos).
- D) Conforme a Lei nº 12.850/2013 (Crime Organizado), os condenados por integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa iniciarão o cumprimento da pena em regime fechado.
- E) Tratando-se de crime ambiental previsto na Lei nº 9.605/1998, não é necessário que a infração, para ser passível de responsabilização penal a pessoa jurídica, deva ser cometida no interesse ou benefício da entidade.

24 - Analise as proposições abaixo:

- I - O crime de roubo próprio, previsto no art. 157, *caput*, do Código Penal, consuma-se com a subtração da coisa sem grave ameaça ou violência, vindo o agente a empregá-las posteriormente contra a vítima, com o fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou terceira pessoa.
- II - O emprego de "gazuas", "mixas", ou qualquer outro instrumento sem a forma de chave, mesmo que apto a abrir fechadura, não qualifica o delito de furto.
- III - A incidência da majorante do emprego de arma de fogo no roubo não prescinde da apreensão e da perícia para verificação de seu potencial lesivo.
- IV - Responde por tentativa de latrocínio tentado o agente que não consegue subtrair a coisa alheia móvel, mas elimina a vida da vítima.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) Todas as proposições estão corretas.
- B) Todas as proposições estão incorretas.
- C) Somente a proposição II está correta.
- D) Somente a assertiva III está incorreta.
- E) Somente as assertivas I e III estão corretas.

25 - Assinale a alternativa **correta**:

- A) A contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor foi revogada pelo tipo penal previsto no art. 216-A do Código Penal (Assédio Sexual), com as alterações da Lei nº 12.015/2009.
- B) O estupro com violência ficta, tentado e consumado, não é crime hediondo.
- C) No crime de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável, constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.
- D) Nos crimes contra a liberdade sexual, constitui causa de aumento da pena a circunstância do agente ser casado.
- E) Tratando-se de vítima maior de quatorze e menor de dezoito anos, a ação penal no caso de estupro é pública condicionada.

26 - Assinale a alternativa **correta**:

- A) Comete o crime de falsificação de documento particular, o agente que altera, em parte, testamento particular.
- B) Constitui o crime de fraude processual inovar artificialmente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito, sendo que as penas se aplicam em dobro se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, desde que já iniciado.
- C) O crime de falsidade ideológica não se admite quando o documento é particular.
- D) O crime de fraude em certame de interesse público é consumado com a efetiva utilização ou divulgação da informação sigilosa, ainda que o destinatário já tenha conhecimento do objeto sob sigilo e não obtenha êxito no certame.
- E) No crime de falsificação de documento público, a forma do documento é verdadeira, mas seu conteúdo é falso.

27 - Analise as proposições abaixo:

- I - É possível a remição de pena em virtude da frequência do condenado em curso de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior.
- II - O cometimento de falta grave pelo condenado interrompe a contagem do prazo para a concessão do livramento condicional.
- III - Compete ao Juízo das Execuções Penais do Estado a execução das penas impostas a sentenciados pela Justiça Federal, Militar ou Eleitoral, quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos à administração estadual.
- IV - É possível a progressão de regime de execução da pena fixada em sentença não transitada em julgado, mesmo na hipótese de o réu se encontrar em prisão especial.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) Somente a proposição IV está correta.
- B) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- C) Somente as proposições II e III estão corretas.
- D) Somente as proposições I e III estão corretas.
- E) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.

28 - Assinale a alternativa **correta**:

- A) No tocante aos crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/1990), somente a supressão ou redução de imposto constitui crime.
- B) A Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) permite nos crimes por ela previstos a exasperação da pena, na segunda fase de sua aplicação, quando cometidos em detrimento de pessoa analfabeta.
- C) O Prefeito Municipal, ainda que não seja ordenador de despesas, pode ser criminalmente processado pelos crimes previstos na Lei nº 8.666/1993 (Lei das Licitações).
- D) Nos Juizados Especiais Criminais, conforme previsão da Lei nº 9.099/1995, a homologação do acordo civil acarreta o perdão do ofendido ao autor da infração, extinguindo-se a punibilidade.
- E) Aquele que se omite em face das condutas tipificadas como tortura (Lei nº 9.455/1997), quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incide nas mesmas penas a ele cominadas.

Direito Processual Penal

29 - Analise as assertivas abaixo quanto à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- I - Tratando-se de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça, caso o órgão ministerial conclua pelo arquivamento do inquérito originário, em regra, deve ser acolhida a promoção pelo Poder Judiciário sem que se questione ou entre no mérito da avaliação deduzida pelo titular da ação penal.
- II - Não obstante previsão expressa do duplo grau de jurisdição na Convenção Americana de Direitos Humanos, internalizada no sistema jurídico brasileiro, nas hipóteses de acusado com foro por prerrogativa de função é possível que não exista recurso adequado para impugnar matéria de fato e de direito.
- III - Viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.
- IV - Pela regra de atualidade, a competência será automaticamente alterada a partir do momento em que o acusado seja diplomado em cargo detentor de foro por prerrogativa de função, remanescendo válidos os atos praticados pelas autoridades inicialmente competentes, afigurando-se desnecessária a ratificação de denúncia eventualmente oferecida e recebida.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) Somente as alternativas I e II estão corretas.
- B) Somente a alternativa III está correta.
- C) Somente as alternativas II e IV estão corretas.
- D) Somente as alternativas I, III e IV estão corretas.
- E) Somente as alternativas I, II e IV estão corretas.

30 - Assinale a alternativa **incorreta**:

- A) Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrrazões ao recurso interposto contra a rejeição da denúncia.
- B) É possível o oferecimento de nova acusação na hipótese de rejeição da denúncia por inépcia, sem que ocorra violação ao princípio *ne bis in idem*.
- C) A autoridade judiciária, de ofício, não poderá decretar a prisão temporária de suspeito de cometimento de crimes considerados hediondos.
- D) É ilícita a investigação criminal oriunda de elementos de informação produzidos mediante gravação ambiental de conversa não protegida pelo sigilo legal realizada por apenas um dos interlocutores e sem o conhecimento do outro.
- E) O princípio da *lex fori* admite relativização no processo penal.

31 - Tratando-se da Lei das Execuções Penais (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984), assinale a alternativa **correta**:

- A) Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 do tempo remido.
- B) O tempo remido deve ser deduzido do total da pena.
- C) O cometimento de falta grave interrompe o prazo para obtenção do livramento condicional, iniciando-se novo prazo para a contagem do benefício a partir da realização da falta grave.
- D) O juiz das execuções penais poderá determinar a fiscalização por meio eletrônico quando determinar o livramento condicional.

E) Ainda que cumprido o prazo do livramento condicional, sem revogação ou suspensão, é permitido ao juiz retroagir ao tempo do período de prova para revogar o benefício.

32 - Analise as proposições abaixo acerca da colaboração premiada prevista na lei referente às organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013):

I - O juiz poderá conceder perdão judicial ao colaborador, ainda que esse benefício não tenha sido previsto originariamente na proposta inicial, desde que requerido pelo Ministério Público, a qualquer tempo, considerando a relevância da colaboração prestada.

II - Em relação ao colaborador, o Ministério Público poderá deixar de oferecer a denúncia, diante da relevância da colaboração premiada, desde que, em sendo o colaborador líder da organização criminosa, seja a primeira pessoa a prestar a colaboração.

III - O acordo de colaboração premiada deixa de ser sigiloso assim que recebida a denúncia.

IV - O juiz não participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) Todas as proposições são corretas.
- B) Somente as proposições I, III e IV são corretas.
- C) Somente as proposições II e III são corretas.
- D) Somente as proposições IV e III são corretas.
- E) Somente as proposições I e II são corretas.

33 - Assinale a alternativa **correta**:

A) As condições genéricas da ação penal são indispensáveis para todas as espécies de ação penal, enquanto as condições específicas da ação penal somente podem ser exigidas para as ações penais privadas.

B) Tendo a autoridade policial recebido a representação, poderá ela deixar de instaurar inquérito policial sempre que aquela vier suficientemente instruída para a imediata propositura da ação penal, remetendo-a imediatamente ao Ministério Público para tal finalidade.

C) Tendo uma mulher, maior e capaz, sido vítima de estupro cometido por dois indivíduos em concurso de agentes, dos quais apenas um deles foi reconhecido perante a autoridade policial, sendo em relação a ele oferecida representação, caso o segundo indivíduo venha ser identificado posteriormente, não há necessidade de nova representação, estando o Ministério Público autorizado a propor a ação penal contra ambos.

D) É possível a ação penal pública *ex officio* em uma única hipótese prevista na Constituição Federal.

E) Para a propositura da ação penal por crime contra a ordem tributária, é condição de procedibilidade a representação fiscal.

34 - Com relação às regras de provas do Código de Processo Penal, é **correto** afirmar que:

- A) A circunstância conhecida e provada que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias, no âmbito do processo penal, não possui valor legal, uma vez que decorre do princípio da não culpabilidade a proibição de presunção.
- B) São características da confissão no processo penal a retratabilidade, a indivisibilidade e a relatividade do valor.
- C) As pessoas proibidas de depor em razão da profissão poderão fazê-lo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho, neste caso, porém, não deverão prestar compromisso.
- D) Somente quanto ao estado das pessoas serão observadas as restrições à prova estabelecidas na lei civil.
- E) Na falta de perito oficial, o exame de corpo delito deverá ser realizado por um profissional idôneo, nomeado pelo juiz, que tenha habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

35 - Assinale a alternativa **incorreta**:

- A) A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.
- B) Considera-se questão prejudicial homogênea a exceção da verdade no crime de calúnia.
- C) Caso o juiz acolha a exceção de incompetência, caberá recurso em sentido estrito.
- D) Os prazos são contados no processo penal da data da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.
- E) Ausente o citado por edital, suspende-se o processo e a prescrição, esta pelo prazo máximo da pena cominada, diante do princípio da prescribibilidade das ações.

36 - Em relação ao processo referente ao Tribunal do Júri, é **correto** afirmar que:

- A) Quando houver pedido de desaforamento por uma das partes, obrigatoriamente deverá ser ouvido o juiz presidente antes do julgamento na Câmara competente.
- B) Deve ser impronunciado o acusado se restar provado, ao final da instrução, não ter sido ele o autor do crime doloso contra a vida.
- C) O Tribunal do Júri é composto por um juiz togado, que é seu presidente, bem como por vinte e um jurados.
- D) As nulidades relativas posteriores à pronúncia devem ser arguidas logo depois de realizada a leitura e explicação dos quesitos.
- E) Em caso de crime doloso contra a vida apurado em ação penal privada subsidiária da pública, durante o julgamento na Sessão do Tribunal do Júri, o Ministério Público faz uso da palavra antes do querelante.

37 - De acordo com o Código de Processo Penal, considere como Verdadeiras (V) ou Falsas (F) as proposições abaixo:

- () O jurado deve ter a idade mínima de dezoito anos e ter notória idoneidade.
- () É admitida a arguição de suspeição de jurado após o julgamento pelo Conselho de Sentença, uma vez que em relação à matéria não se opera a preclusão.
- () Se a testemunha, arrolada pela parte como imprescindível e devidamente intimada, não comparece ao júri, o Código de Processo Penal impõe ao juiz presidente o adiamento da sessão.
- () Na elaboração dos quesitos, o Juiz de Direito poderá redigi-los livremente, vedada a admissão de teses que não constem expressamente da denúncia ou dos debates orais no Plenário.
- () A instrução em plenário do júri seguirá com perguntas diretas das partes às testemunhas, possibilitando a realização do *cross examination*, inquirindo o juiz sobre os pontos não esclarecidos.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) V, V, F, F, F.
- B) V, F, F, V, F.
- C) F, V, F, F, F.
- D) F, F, V, V, V.
- E) V, V, V, F, V.

38 - Analise as proposições abaixo, segundo a orientação do Supremo Tribunal Federal:

- I - O membro do Congresso Nacional, quando licenciado para o exercício de determinados cargos no Poder Executivo, como o de Secretário de Estado, não perde a prerrogativa de foro perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns.
- II - Nas ações penais originárias do Supremo Tribunal Federal, eventual renúncia do parlamentar ao cargo eletivo – após o final da instrução criminal – não gera o efeito de cessar a competência do Supremo para julgar o processo.
- III - É possível que Tribunal de Justiça discipline, por resolução, que a competência da vara especializada em violência doméstica se estenda para as hipóteses de crimes dolosos contra a vida até a conclusão da instrução preliminar e a pronúncia, com a posterior redistribuição para vara do tribunal do júri.
- IV - Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) Todas as proposições são verdadeiras.
- B) Somente as proposições I, II e IV são corretas.
- C) Somente as proposições II e III são corretas.
- D) Somente as proposições I e IV são corretas.
- E) Somente as proposições I, III e IV são corretas.

39 - Analise as seguintes assertivas acerca dos aspectos processuais e procedimentais previstos em legislações especiais:

- I - Tratando-se de crime de abuso de autoridade (Lei nº 4.898/1965), mesmo existindo vestígios, o exame de corpo de delito é dispensável, podendo ser suprido por prova unicamente testemunhal.
- II - Nos crimes previstos na Lei nº 11.343/2006 (Lei de Tóxicos), o inquérito policial será concluído no prazo de trinta dias, se o indiciado estiver preso, e de noventa dias, quando solto.
- III - Nos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei nº 11.340/2006, é cabível a prisão preventiva do agressor, em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, independentemente da pena prevista para a infração penal.
- IV - Conforme preceitua a Lei nº 9.296/1996 (Interceptação Telefônica), a transcrição das conversas interceptadas deve ser feita por peritos oficiais.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- B) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- C) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- D) Somente a proposição III está correta.
- E) Somente a proposição II está correta.

40 - Assinale a alternativa **incorreta**:

- A) A decisão que concede reabilitação está sujeita ao reexame necessário.
- B) Contra a decisão do juiz que não admitir o assistente de acusação caberá, em tese, mandado de segurança.
- C) O agravo é o recurso subsidiário pelo qual se procede ao reexame da decisão do juiz, em matérias específicas previstas na lei, permitindo-se-lhe novo pronunciamento antes do julgamento pela instância superior.
- D) Não se admitem embargos infringentes contra decisões proferidas pelas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Criminais.
- E) Segundo o Supremo Tribunal Federal, o *Habeas Corpus* não pode ser utilizado como sucedâneo de recurso para discutir questões alheias à liberdade individual.

41 - Assinale a alternativa **correta**:

- A) Caberá recurso em sentido estrito da decisão que decidir sobre unificação de penas.
- B) A carta testemunhável, como regra, tem efeito suspensivo.
- C) A extensão da apelação mede-se pelas razões, sendo facultado ao apelante, quando da sua apresentação, ampliar o seu âmbito ou alterar a pretensão, desde que respeitado o prazo legal.
- D) Mesmo que fundada em novas provas, não se admite a reiteração do pedido de revisão criminal.
- E) Compete à turma recursal, e não ao Tribunal de Justiça, processar e julgar mandado de segurança contra ato de Juizado Especial.

42 - Analise as proposições abaixo:

- I - Presentes os requisitos da Lei nº 7.960/1989, a prisão temporária poderá ser decretada após o início da ação penal.
- II - É incabível a concessão de liberdade provisória com fiança nos crimes punidos com reclusão em que a pena mínima cominada for igual ou superior a dois anos.
- III - O auto de prisão em flagrante será lavrado pela autoridade policial que se deu a prisão, mesmo que tenha ocorrido em Unidade da Federação diversa daquela de onde se deu o crime.
- IV - O juiz pode revogar ou substituir, de ofício, medida cautelar diversa da prisão aplicada ao réu no curso do processo, quando verificar falta de motivo para mantê-la.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- B) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- C) Somente a proposição II está correta.
- D) Somente a proposição IV está correta.
- E) Somente a proposição III está correta.

Direito Civil

43 - Analise as proposições abaixo:

- I - É possível a alteração do assento registral de nascimento para inclusão do patronímico do companheiro na constância de uma união estável.
- II - Aos cônjuges é permitido incluir ao seu nome o sobrenome do outro, ainda que após a data da celebração do casamento, mas somente por intermédio da ação de retificação de registros públicos.
- III - O registro espontâneo e consciente da paternidade – mesmo havendo sérias dúvidas sobre a ascendência genética – gera a paternidade socioafetiva, que somente pode ser desconstituída em razão de comprovada inexistência de vínculo genético, em razão do primado da verdade biológica.
- IV - Ao transexual submetido à cirurgia de redesignação sexual é possível ser concedida autorização judicial para alteração de seu prenome, substituindo-o por apelido público e notório pelo qual é conhecido no meio em que vive.

Consoante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa **correta**:

- A) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- B) Apenas a assertiva IV está correta.
- C) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- D) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- E) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

44 - Assinale a alternativa **correta** acerca de prescrição e decadência:

- A) Na hipótese em que o Tribunal de Justiça suspenda, por força de ato normativo local, os atos processuais durante o recesso forense, o termo final do prazo decadencial que coincidir com a data abrangida pelo referido recesso não se prorroga para o primeiro dia útil posterior ao término deste.
- B) O termo inicial do prazo de prescrição para o ajuizamento da ação de indenização por danos decorrentes de crime – ação civil *ex delicto* – é a data do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, não se aplicando na hipótese a noção de independência entre as instâncias civil e penal.
- C) É trienal o prazo prescricional da pretensão de ressarcimento de valores despendidos, pelo segurado, com procedimento cirúrgico não custeado, pela seguradora, por suposta falta de cobertura da apólice.
- D) Segundo o Supremo Tribunal Federal, a ação para anular venda de ascendente a descendente, sem consentimento dos demais, prescreve em quatro anos a contar da abertura da sucessão.
- E) A imprescritibilidade da ação de investigação de paternidade é estendida aos direitos patrimoniais que decorrem da filiação.

45 - Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/42):

- A) em caso de lacuna normativa, a revogação de uma lei opera efeito repristinatório automático.
- B) o desuso é causa de revogação da lei.
- C) nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia em 4 (quatro) meses depois de publicada.
- D) aplica-se o princípio da vigência sincrônica quando a lei for omissa quanto ao período de *vacatio legis*.
- E) na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum, sendo certo que ao interpretá-la decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

46 - Em relação à capacidade civil, personalidade jurídica e emancipação, analise as alternativas abaixo, assinalando a **correta**:

- A) O nascituro, também denominado concepturo, não possui personalidade jurídica, em razão do art. 2º do Código Civil, motivo pelo qual, segundo a jurisprudência do STJ, não pode gozar de qualquer forma de direito, seja patrimonial ou não.
- B) São absolutamente incapazes os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- C) Na hipótese de emancipação legal pelo casamento, em havendo divórcio, o emancipado perde tal condição, retornando ao seu *status quo ante*, isto é, torna-se novamente incapaz.
- D) A emancipação voluntária do menor, observados e preenchidos todos os requisitos legais, afasta, de plano, a responsabilidade civil de seus genitores pelos atos cometidos após o processo emancipatório, razão pela qual, havendo acidente de trânsito causado por emancipado, os genitores deste não podem ser compelidos a indenizar civilmente a suposta vítima em razão da ausência de liame jurídico (*haftung*).
- E) Havendo emancipação do menor, ainda que não inexistir qualquer vício no ato, o emancipado não poderá retirar a Carteira Nacional de Habilitação – CNH, segundo a legislação vigente.

47 - Em relação à Parte Geral do Código Civil, analise os seguintes enunciados:

- I - As fundações, conhecidas como *universitas bonorum*, resultam da afetação de um patrimônio para a realização de uma finalidade ideal, sendo que ao Ministério Público Federal, no âmbito do Distrito Federal e Territórios, e, em relação aos demais Estados, ao respectivo Ministério Público do Estado, onde situadas, cabe o papel de fiscalizá-las e, inclusive, poderá a instituição ministerial formular o estatuto em havendo omissão do instituidor.
- II - O bem de família pode ser: a) voluntário, decorrente da manifestação da vontade dos interessados e observados os requisitos legais do Código Civil; b) legal, oriundo da própria força da Lei nº 8.009/90, sem qualquer ato voluntário do interessado. Contudo, quanto ao bem de família legal, mostra-se impossível a aplicação de tal proteção jurídica, proveniente da Lei nº 8.009/90, em relação às penhoras realizadas anteriormente à vigência da lei especial, sob pena de se ofender o ato jurídico perfeito.
- III - Sendo a simulação causa de nulidade do negócio jurídico, pode ser alegada por uma das partes contra a outra, razão pela qual, comprovado o vício, é nulo o contrato "vaca-papel".
- IV - A condição perplexa pode ser definida como sendo contraditória em seus próprios termos, culminando por privar o negócio jurídico de seus efeitos; enquanto a condição simplesmente potestativa é aquela subordinada ao exclusivo arbítrio de uma das partes, sendo que tanto a condição perplexa quanto a simplesmente potestativa são ilícitas.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) Somente o enunciado III está correto.
- B) Somente o enunciado IV está correto.
- C) Somente os enunciados I e III estão corretos.
- D) Somente o enunciado II está correto.
- E) Somente os enunciados I, II e IV estão corretos.

48 - Tratando-se de indenização, é **correto** afirmar que:

- A) A indenização é mensurada pela extensão do dano, inexistindo a possibilidade de sua redução pela via da equidade.
- B) O acidente que cause morte de filho menor, caso este não exerça trabalho remunerado, não é indenizável.
- C) A teoria da causalidade adequada é aplicável na fixação da indenização.
- D) Não se cumulam as indenizações por dano moral e dano material oriundos do mesmo fato.
- E) Não se deduz o valor do seguro obrigatório da indenização judicialmente fixada.

49 - Tendo em vista o Livro das Obrigações, assinale a alternativa **correta**:

- A) A Teoria Dualista, referente ao vínculo obrigacional, dispõe que a obrigação é composta por *Schuld* (responsabilidade) e *Haftung* (débito). Contudo, a doutrina entende que é possível haver situações em que há o débito sem responsabilidade, como no caso das obrigações naturais, mas não se admite responsabilidade sem a existência do débito por ferir o elemento subjetivo da relação obrigacional.
- B) O instituto do *duty to mitigate the loss* se refere à necessidade de mitigar o agravamento da situação do devedor quando instado a cumprir determinada obrigação, entretanto sua aplicação foi rechaçada totalmente pelo Superior Tribunal de Justiça em razão de subtrair as chances reais do credor de satisfazer o crédito existente em seu favor.

- C) A teoria do adimplemento substancial relativiza o direito do credor de, havendo inadimplemento, pleitear a resolução do vínculo obrigacional, motivo pelo qual o STJ concluiu pela sua inaplicabilidade no Brasil.
- D) A novação pode ser subjetiva ativa – em que há mudança de credores – ou subjetiva passiva – em que há mudança de devedores –, sendo imprescindível a criação de nova obrigação. Na novação subjetiva passiva, ainda há a possibilidade de se mudar o devedor original, contando com a participação dele, o que configura a novação subjetiva passiva por delegação, ou então ocorrer a mudança de devedor sem a participação do antigo devedor, o que é denominado de novação subjetiva passiva por expromissão.
- E) Nas obrigações solidárias, há uma pluralidade de devedores e credores, cada um obrigado ou com direito ao todo da dívida. A solidariedade resulta apenas da lei, sendo os exemplos mais expressivos daquela as obrigações *in solidum*.

50 - Considerando que Jorge possui 17 anos e deseja se casar com Fátima, a qual possui 15 anos e está grávida, assinale a assertiva **correta**:

- A) Tendo em vista que ambos não alcançaram a idade núbil atualmente, mostra-se nulo eventual casamento celebrado entre Jorge e Fátima, pouco importando a autorização materna, paterna ou judicial.
- B) É possível o casamento de Jorge e Fátima, desde que ambos obtenham apenas a autorização de seus pais, independente de autorização judicial.
- C) É possível o casamento de Jorge e Fátima, contudo, deverá ser com autorização judicial, tendo em vista que a última está aquém da idade núbil, sendo aplicável, na hipótese, o regime de comunhão parcial de bens se outro regime não for escolhido pelos nubentes.
- D) Como regra, Jorge e Fátima podem casar no regime de participação final dos aquestos se obtiverem a autorização de seus genitores, independentemente de a última estar grávida.
- E) Jorge e Fátima podem se casar, mediante autorização judicial, sendo aplicável o regime de separação de bens.

51 - Assinale a alternativa **correta**:

- A) Quando casado no regime de comunhão universal de bens, na hipótese da existência de descendentes, o cônjuge sobrevivente não terá o direito a herança, uma vez que não é herdeiro concorrente com os descendentes.
- B) Ao cônjuge sobrevivente, qualquer que seja o regime de bens, será assegurado o usufruto do imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único daquela natureza a inventariar.
- C) Concorrendo com o pai e a mãe do falecido, o cônjuge terá direito a metade da herança.
- D) Somente é reconhecido o direito sucessório ao cônjuge sobrevivente durante a constância do casamento.
- E) Se não houver cônjuge sobrevivente, serão chamados a suceder os colaterais até o terceiro grau.

52 - Em relação ao Direito de Empresa e a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, analise as seguintes assertivas:

- I - O encerramento irregular das atividades empresariais, por si só, é causa para a desconsideração da personalidade jurídica.
- II - A desconsideração da personalidade jurídica, como incidente processual, pode ser decretada sem a prévia citação dos sócios atingidos, aos quais se garante o exercício postergado ou diferido do contraditório e da ampla defesa.
- III - Nos casos em que se discutem relações jurídicas de natureza civil, excetuadas as relações de consumo e demais ramos específicos, como Direito Ambiental, o legislador pátrio adotou a teoria maior da desconsideração, que exige a demonstração apenas do prejuízo do particular.
- IV - Segundo o Código Civil, a empresa individual de responsabilidade limitada será constituída de uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 50 (cinquenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, podendo ainda a pessoa natural figurar em duas empresas dessa modalidade.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- B) Somente a assertiva II está correta.
- C) Somente a assertiva IV está correta.
- D) Somente as assertivas III e IV estão corretas.
- E) Somente as assertivas II e III estão corretas.

Direito Processual Civil

53 - Durante o desenvolvimento e aperfeiçoamento do direito de ação nasceram várias teorias que buscaram explicar os principais aspectos da ação. Assinale a alternativa **correta**:

- A) Segundo a teoria imanentista, idealizada por Savigny, a ação é direito autônomo, público e concreto, somente existindo aquela quando a sentença julgar procedente o pedido do autor.
- B) A teoria eclética, desenvolvida por Enrico Tullio Liebman, o direito de ação constitui o direito a um julgamento de mérito da causa, o qual, contudo, fica condicionado ao preenchimento das condições da ação.
- C) Considerar a ação um direito autônomo, público e abstrato, uma vez que independe da existência do direito material e do êxito da ação, revela os contornos da teoria do direito concreto à tutela jurisdicional desenvolvida por Wach.
- D) A teoria do direito abstrato, que tem em Plósz e Degenkolb seus expoentes, não vislumbra a autonomia do direito de ação em relação à tutela jurisdicional invocada.
- E) Segundo Chiovenda, que formula a teoria da ação como direito potestativo, esta é autônoma, subjetiva e pública, dirigida contra o Estado e que não se exaure com o seu exercício.

54 - Julgue as assertivas abaixo como verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () É dispensável que o autor do ato eletrônico de transmissão possua capacidade postulatória, sendo suficiente que a peça protocolada esteja subscrita por detentor da referida capacidade.
- () Ainda que se trate de jurisdição voluntária, o Ministério Público tem interesse na interposição de recurso de apelação em face de sentença que, nos autos de ação de retificação de registro civil, julga procedente o pedido.
- () O Ministério Público tem legitimidade para recorrer no processo em que oficiou como fiscal da lei apenas quando não houver recurso da Parte.
- () O Ministério Público deve obrigatoriamente intervir em todas as ações de ressarcimento ao erário propostas por entes públicos.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) V, V, F, V.
- B) V, V, F, F.
- C) F, F, V, F.
- D) F, V, F, V.
- E) V, F, V, V.

55 - Assinale a alternativa **correta**:

- A) O curador especial do réu revel citado por edital está sujeito, na contestação, à observância da regra de impugnação específica.
- B) A participação do cônjuge do autor ou do réu nas ações possessórias somente é indispensável nas hipóteses de comosse ou de ato por ambos praticado.
- C) Quando acolhidas e declaradas pelo juiz, as alegações de litispendência, perempção, coisa julgada, decadência ou prescrição acarretarão a extinção do processo sem resolução de mérito.
- D) A ausência de ajuizamento da ação principal no prazo de trinta dias acarreta, obrigatoriamente, a extinção do processo cautelar.
- E) Ao vencedor da demanda não pode ser imputada condenação por litigância de má-fé.

56 - Assinale a alternativa **correta**:

- A) Existindo litisconsórcio necessário unitário, é possível ao Juiz limitá-lo, a pedido, quanto ao número de litigantes, quando houver prejuízo à defesa ou à célere solução do litígio.
- B) Todo litisconsórcio necessário é simples.
- C) Em ação de investigação de paternidade movida por menor (representado por sua mãe) em face de seu suposto pai biológico, torna-se desnecessária a citação do pai registral para integrar a lide.
- D) O recurso produz efeito somente ao litisconsorte que recorre, ressalvadas as hipóteses de litisconsórcio unitário, pois nestas os efeitos do recurso interposto por um dos litisconsortes se estenderão aos demais.
- E) O litisconsórcio unitário decorre do fato dos direitos e obrigações derivarem do mesmo fundamento fático.

57 - Considerando a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa **incorreta**:

- A) Não é admissível, mesmo sendo assegurado o contraditório, prova emprestada de processo do qual não participaram as partes do processo para o qual a prova será trasladada.
- B) Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada, desde que condicionada à dupla conformidade.
- C) A parte não pode deixar para arguir a suspeição de perito apenas após a apresentação de laudo pericial que lhe foi desfavorável.
- D) O revel, em processo cível, pode produzir provas, desde que compareça em tempo oportuno.
- E) A citação postal, quando autorizada por lei, exige o aviso de recebimento.

58 - Assinale a alternativa **correta**:

- A) Não há possibilidade de antecipação de tutela no processo civil brasileiro, sem alegação e comprovação de urgência.
- B) O Código de Processo Civil não permite a aplicação do princípio da fungibilidade entre a medida satisfativa e a medida cautelar.
- C) As *astreintes* não podem ser fixadas em decisão concessiva de tutela antecipada, uma vez que visam punir a parte que desrespeita a sentença de mérito, podendo ser executada provisoriamente desde que o recurso eventualmente interposto não seja recebido com efeito suspensivo.
- D) A tutela antecipada não pode ser requerida em procedimento sumário.
- E) Em ação de improbidade administrativa cabe a concessão de tutela antecipada *inaudita altera pars*.

59 - Analise as proposições abaixo:

- I - Tratando-se de cumulação própria simples de pedidos, é nula a decisão que deixar de analisar o pedido principal e somente julgar o pedido subsidiário.
- II - O STF e o STJ admitem que o magistrado utilize na sentença a fundamentação *per relationem*, que se caracteriza pela remissão a outras manifestações ou peças processuais existentes nos autos, mesmo que produzidas pelas partes ou pelo Ministério Público.
- III - A resolução de questão prejudicial não faz coisa julgada, ainda que decidida no âmbito de ação declaratória incidental.
- IV - O reexame necessário não é aplicável quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do Plenário do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) Somente as proposições I e III estão corretas.
- B) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- C) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- D) Somente a proposição II está correta.
- E) Somente a proposição IV está correta.

60 - É **correto** afirmar em matéria de recursos que:

- A) O recurso interposto pode ser aditado, desde que não tenha findado o prazo recursal.
- B) É subsidiária a legitimidade recursal do Ministério Público quando atua como *custos legis*.
- C) Os embargos de declaração e a apelação são recursos de fundamentação livre.
- D) O agravo de instrumento e o agravo retido são interpostos perante o juiz da causa.
- E) O princípio da *non reformatio in pejus* é aplicável ao julgamento do reexame necessário, mesmo que não se trate de uma espécie recursal.

61 - Conforme o entendimento jurisprudencial consolidado, é **incorreto** afirmar que:

- A) Compete à justiça estadual julgar as causas em que for parte o Banco do Brasil S.A.
- B) A competência para processar e julgar as ações conexas de interesse de menor é, em princípio, do foro do domicílio do detentor de sua guarda.
- C) Compete à Justiça Federal processar e julgar os pedidos de retificação de dados cadastrais da Justiça Eleitoral.
- D) O foro do domicílio ou da residência do alimentando é competente para a ação de investigação de paternidade, quando cumulada com a de alimentos.
- E) Reconhecida a continência, devem ser reunidas na Justiça Federal as ações civis públicas propostas nesta e na Justiça Estadual.

62 - Quanto ao mandado de segurança, é **correto** afirmar que:

- A) É cabível contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.
- B) Os efeitos da medida liminar, salvo se revogada ou cassada, persistirão até o trânsito em julgado da sentença ou do acórdão que o decidirem.
- C) Pode ser impetrado coletivamente, induzindo litispendência para as ações individuais.
- D) Em determinadas situações, pode substituir a ação popular.
- E) O pedido de reconsideração do ato ilegal protocolado na via administrativa interrompe o prazo decadencial para impetração do mandado de segurança.

63 - Com relação a ação de usucapião, é **correto** afirmar que:

- A) Visa constituir o domínio ao possuidor, mediante sentença a ser transcrita no Registro Imobiliário competente.
- B) O Ministério Público é legitimado para propor ação de usucapião especial urbana como substituto extraordinário, quando se tratar de usucapião coletiva ou defesa de direitos que decorram de origem comum.
- C) A declaração de utilidade pública, com a consequente imissão na posse do expropriante, impede que se desenvolva ação de usucapião entre particulares antes da efetivação da medida expropriatória.
- D) Serão citados por edital terceiros interessados, incertos e desconhecidos, sendo que sua inércia não caracteriza revelia, sendo dispensável a nomeação do curador à lide.
- E) Não cabe ação de usucapião para que se declare o domínio da servidão predial.

64 - Assinale a resposta **correta**:

- A) A concessão de alimentos provisionais, por meio de medida cautelar, produz efeitos imediatos e integra o patrimônio do alimentando, sendo que a sentença que desconstitui esse direito não tem efeito retroativo, acarretando, por conseguinte, a obrigação ao alimentante de pagar alimentos referentes ao período compreendido entre a concessão da liminar e a sentença.
- B) No processo de justificação, ao final, o juiz se pronunciará sobre o mérito da prova.
- C) O processo de inventário e partilha deve ser aberto dentro do prazo de noventa dias a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos doze meses subsequentes.
- D) Concedida liminar em ação de manutenção e reintegração de posse, deferida após audiência de justificação, cabe agravo, não cabendo qualquer recurso da decisão que denegue tal liminar.
- E) Na ação popular, convencendo-se da improcedência da medida, após realização de procedimento prévio, o Ministério Público pode assumir a defesa do ato impugnado ou de seus autores.

Tutela de Interesses Difusos e Coletivos

65 - Referente a Lei n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) e a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), analise as seguintes assertivas e assinale a alternativa **correta**:

- I - A Lei da Ação Civil Pública (art. 21) e o Código de Defesa do Consumidor (art. 90) complementam-se reciprocamente na defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, sendo que um é de aplicação subsidiária para o outro, e o resultado desta conjugação é conhecido como princípio da integração.
 - II - As ações coletivas que buscam a defesa de direitos difusos e coletivos induzem, como regra, litispendência para as ações individuais, em decorrência do princípio da segurança jurídica.
 - III - O Ministério Público possui legitimidade para propor ação civil coletiva em defesa de interesses individuais homogêneos de relevante caráter social, ainda que o objeto da demanda seja referente a direitos disponíveis.
 - IV - Em caso de desistência justificada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.
 - V - O Supremo Tribunal Federal tem reconhecido a legitimidade da utilização da ação civil pública como instrumento idôneo de fiscalização incidental de constitucionalidade, pela via difusa, de quaisquer leis ou atos do Poder Público, mesmo quando contestados em face da Constituição da República, desde que, nesse processo coletivo, a controvérsia constitucional, longe de identificar-se como objeto único da demanda, qualifique-se como simples questão prejudicial, indispensável à resolução do litígio principal.
- A) Todas as assertivas estão corretas.
 - B) Somente as assertivas I e III estão corretas.
 - C) Somente as assertivas I, III e V estão corretas.
 - D) Somente as assertivas II, IV e V estão corretas.
 - E) Somente as assertivas I e V estão corretas.

66 - Aponte a alternativa **incorreta** referente ao Inquérito Civil:

- A) O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis.
- B) O Ministério Público, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório, poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover, sendo possível a expedição de recomendação como medida substitutiva ao compromisso de ajustamento de conduta ou à ação civil pública.
- C) Se o órgão do Ministério, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças de informação, fazendo-o fundamentadamente. A promoção de arquivamento será submetida a exame e deliberação do Conselho Superior do Ministério Público.
- D) O inquérito civil não é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações a cargo do Ministério Público, nem para a realização das demais medidas de sua atribuição própria.
- E) Em cumprimento ao princípio da publicidade das investigações, o membro do Ministério Público poderá prestar informações, inclusive aos meios de comunicação social, a respeito das providências adotadas para apuração de fatos em tese ilícitos, abstendo-se, contudo de externar ou antecipar juízos de valor a respeito de apurações ainda não concluídas.

67 - Em relação ao compromisso de ajuste de conduta, de acordo com seu regramento legal e regulamentar para o MPMS (Resolução n. 23 do CNMP e Resolução n. 15/2007, do MPMS), assinale a alternativa **correta**:

- A) Tratando-se de direitos difusos, o acordo é de atribuição exclusiva do Ministério Público, sendo que em todas as hipóteses legais, terá eficácia de título executivo extrajudicial.
- B) As empresas públicas, tendo em sua finalidade a prestação de serviços públicos, poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, mas tal título extrajudicial para ter validade exige a participação obrigatória do Ministério Público como fiscal da lei.
- C) O compromisso de ajustamento poderá conter, se for o caso, cláusula prevendo que o descumprimento das obrigações assumidas acarretará o ajuizamento de ação de execução para busca da tutela específica ou do resultado prático equivalente, e cláusula com cominação de sanções pecuniárias para a hipótese de inadimplemento.
- D) É vedada a inclusão de cláusula em compromisso de ajustamento tendente a afastar eventuais responsabilidades administrativa ou criminal.
- E) O Conselho Superior do Ministério Público de MS, ao analisar o termo de ajustamento de conduta, não poderá determinar que o órgão de execução promova a sua adequação visando conformá-lo às exigências previstas em lei ou na Resolução que trata a matéria no MPMS (Resolução n. 15/2007), sob pena de violar a independência funcional. Neste caso deverá o Conselho Superior do Ministério Público imediatamente designar outro membro do Ministério Público para assumir a presidência do inquérito civil e cumprir as diligências.

68 - Em atenção à proteção do meio ambiente, assinale a alternativa **incorreta**:

- A) O princípio da solidariedade intergeracional busca assegurar que não só as presentes, mas também as futuras gerações possam usufruir dos recursos naturais de forma sustentável.
- B) O princípio da consideração da variável ambiental no processo decisório de políticas de desenvolvimento, com assento no art. 225, §1º, IV, da Constituição Federal, impõe seja levado em conta a variável ambiental em qualquer ação ou decisão, pública ou privada, que possa causar impacto negativo sobre o meio.
- C) A defesa do meio ambiente, inadmitindo o tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação, caracteriza-se como princípio constitucional a ser observado pela ordem econômica nos termos do art. 170, VI, da Constituição Federal.
- D) O princípio da participação comunitária na defesa do meio ambiente pressupõe o direito de informação.
- E) O princípio do usuário-pagador caracteriza-se pela imposição ao usuário do conjunto dos custos destinados a tornar possível a utilização do recurso ambiental e os custos advindos de sua utilização com fins econômicos, evitando-se que sejam suportados pelo Poder Público e tampouco por terceiros.

69 - Nos termos do art. 8º, da Lei 9.985/2000 (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação), o Grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação, **exceto**:

- A) Estação Ecológica.
- B) Reserva Biológica.
- C) Parque Nacional.
- D) Floresta Nacional.
- E) Monumento Natural.

70 - Sobre Direito Urbanístico, assinale a alternativa **incorreta**:

- A) O Ministério Público tem legitimação ativa *ad causam* para promover ação civil pública destinada à defesa dos interesses difusos e coletivos, incluindo aqueles decorrentes de projetos referentes ao parcelamento do solo urbano.
- B) É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional 29/2000 (CF), alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.
- C) Decorridos 5 (cinco) anos da cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação do parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
- D) O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), previsto no Estatuto da Cidade, que busca contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou a atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades a ser implantado em área urbana, substitui a elaboração e a aprovação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.
- E) O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana e deve ser revisto, pelo menos, a cada 10 (dez) anos.

71 - De acordo com o art. 19 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

- I - o abatimento proporcional do preço.
- II - complementação do peso ou medida.
- III - a substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, sem os aludidos vícios.
- IV - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

A esse respeito, pode-se concluir que:

- A) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- B) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- C) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- D) Apenas a assertiva IV está incorreta.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

72 - Assinale a alternativa **incorreta**:

- A) De acordo com o STJ, aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de planos de saúde.
- B) De acordo com o STJ, o Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras.
- C) De acordo com o STJ, as instituições financeiras respondem subjetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.
- D) De acordo com o STF, o Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.
- E) De acordo com o STJ, o Código de Defesa do Consumidor é aplicável à relação jurídica entre entidade de previdência privada e seus participantes.

73 - Sobre a Lei de Improbidade Administrativa (LIA - Lei n.º 8.429/92), analise as seguintes assertivas e assinale a alternativa **correta**:

- I - Segundo a jurisprudência do STJ, na configuração da conduta ímproba violadora dos princípios da administração pública (art. 11 da LIA), não exige a demonstração de dano ao erário ou de enriquecimento ilícito, não prescindindo, em contrapartida, da demonstração de dolo, ainda que genérico.
- II - A aprovação ou rejeição das contas pelo Tribunal de Contas Estadual, não vinculam a atuação do membro do Ministério Público na defesa da probidade administrativa.
- III - É possível o Ministério Público ou a pessoa jurídica interessada firmar compromisso de ajustamento de conduta durante a ação de improbidade administrativa, por violação a princípios da administração pública, desde que o réu concorde em efetuar pagamento de uma multa punitiva e solucione efetivamente o problema que originou a demanda.
- IV - A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência de ação de improbidade administrativa está sujeita ao reexame necessário previsto no art. 19 da Lei de Ação Popular (Lei 4.717/65).

V - Somente a modalidade dolosa é comum a todos os tipos de improbidade administrativa, especificamente os atos que importem enriquecimento ilícito (art. 9º), causem prejuízo ao erário (art. 10) e atentem contra os princípios da administração pública (art. 11), e a modalidade culposa somente incide por ato que cause lesão ao erário (art. 10 da LIA).

- A) Somente as assertivas II e V estão corretas.
- B) Somente a assertiva III está incorreta.
- C) Somente as assertivas III e V estão incorretas.
- D) Somente as assertivas I, II e V estão corretas.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

74 - Ainda, sobre a Lei de Improbidade Administrativa (LIA - Lei n.º 8.429/92), aponte a alternativa **correta**:

- A) Devem ser aplicadas cumulativamente as sanções previstas no art. 12, incisos I, II e III, da LIA. Já o quantum da pena de acordo com a gravidade do fato.
- B) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória. Todavia, a autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, por no máximo 90 (noventa) dias.
- C) Adquirir, para si ou para outrem, no exercício do mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- D) A ação de improbidade administrativa pode ser proposta dentro do prazo prescricional prevista em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.
- E) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeitos às cominações da LIA até o integral ressarcimento do dano.

75 - Sobre o direito da infância e juventude (ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90), assinale a alternativa **incorreta**:

- A) O ECA adotou a Teoria da Proteção Integral, na linha do que já estabelecia a Constituição Federal, no qual as crianças e adolescentes são considerados pessoas titulares de direitos fundamentais e esses direitos devem ser tutelados, abandonando-se a Teoria da Situação Irregular, pela qual o menor era considerado um objeto de proteção.
- B) O ECA considera criança a pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente entre doze e dezoito anos de idade. Nos casos expressos no referido Estatuto, aplica-se excepcionalmente às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
- C) De acordo com o entendimento do STJ, no procedimento para aplicação de medida socioeducativa, é nula a desistência de outras provas em face da confissão do adolescente.
- D) De acordo com o entendimento do STJ, a prescrição penal é aplicável nas medidas socioeducativas previstas no ECA.
- E) De acordo com o entendimento do STJ, é necessária a oitiva do menor infrator antes de decretar-se a regressão da medida socioeducativa.

76 - Assinale a alternativa **correta**, referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069/90):

- A) A configuração do crime do art. 244-B do ECA (corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la) independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal.
- B) Na medida de internação aplicada sob o fundamento do “descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta”, o seu prazo poderá ser superior a três meses, desde que devidamente justificado na decisão judicial.
- C) O Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento no sentido da impossibilidade de aplicação do princípio da bagatela às condutas regidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pois o referido diploma busca acima de tudo a proteção integral do adolescente infrator.
- D) De acordo com o STJ, o ato infracional análogo ao tráfico de drogas (por ser equiparado a hediondo) conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente.
- E) Consoante pacífica jurisprudência do STJ, compete à Justiça Federal processar e julgar acusado da prática de conduta criminosa consistente na captação e armazenamento, em computadores de escolas municipais, de vídeos pornográficos oriundos da internet, envolvendo crianças e adolescentes.

77 - De acordo com o Direito dos Idosos, assinale a alternativa **correta**:

- A) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, estando dentre seus objetivos, mediante prévia contribuição à seguridade social, a garantia de um salário mínimo de benefício mensal ao idoso que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
- B) De acordo com o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), as transações relativas a alimentos não poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça.
- C) De acordo com o art. 230, §2º, da Constituição Federal, aos maiores de sessenta anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.
- D) Em atenção às disposições constitucionais, é correto afirmar que os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em unidades de saúde.
- E) A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

78 - Em atenção ao Sistema Único de Saúde e à assistência à saúde, é **correto** afirmar:

- A) As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, sendo vedado qualquer tipo de preferência às entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
- B) Salvo os casos previstos em lei, é vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País.
- C) Nos termos da Constituição Federal, a lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo facultado determinados tipos de comercialização.
- D) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de forma descentralizada, com direção multidisciplinar em cada esfera de governo.

E) Não compete ao sistema único de saúde participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.

79 - Em atenção à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), assinale a alternativa **incorreta**:

- A) O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.
- B) É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.
- C) O ensino é livre à iniciativa privada, independente da autorização de funcionamento pelo Poder Público, que poderá fiscalizá-lo.
- D) Os Municípios incumbir-se-ão de oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.
- E) Entende-se por educação especial, para os efeitos da referida lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

80 - Sobre os aspectos da Constituição Federal de 1988 na Tutela dos Interesses Difusos e Coletivos, analise as seguintes assertivas e assinale a alternativa **correta**:

- I - Podemos afirmar que foi o primeiro texto constitucional a trazer, de modo específico e global, inclusive em capítulo próprio, regras sobre o meio ambiente, além de outras garantias previstas de modo esparsa.
- II - Preceitua que a lei estabelecerá o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens, bem como o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas.
- III - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- IV - Estabelece que a adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, vedada como regra sua efetivação por parte de estrangeiros, como medida de proteção ao tráfico internacional de pessoas.
- V - É dever do Estado na educação infantil, atendimento em creche e pré-escola, às crianças de até 5 (cinco) anos de idade.

- A) Todas as assertivas estão corretas.
- B) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- C) Somente as assertivas I, II, III e V estão corretas.
- D) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
- E) Somente as assertivas II, III e V estão corretas.

Direito Administrativo

81 - É **correto** afirmar que a ação de improbidade administrativa só pode ser intentada:

- A) Privativamente pelo Ministério Público.
- B) Pela pessoa física em pleno gozo dos direitos políticos (cidadão) e pelo Ministério Público.
- C) Pelo *Parquet* e pela Defensoria Pública.
- D) Pelo Ministério Público e a pessoa jurídica interessada.
- E) Pela Defensoria Pública, pela Procuradoria do Estado e pelo Ministério Público.

82 - Em relação aos atos da Administração, é **correto** afirmar:

- A) Ao praticar atos de gestão, a Administração Pública utiliza a sua supremacia sobre os destinatários.
- B) Não constitui ato político o praticado por Tribunal de Justiça que seleciona, na lista sêxtupla enviada pelo órgão de representação de classe, integrantes da lista triplíce para compor o quinto constitucional.
- C) É suficiente a alegação de que se trata de ato político para se tolher o controle judicial, posto que é vedado ao Poder Judiciário adentrar no exame do mérito do ato administrativo.
- D) O ato praticado por concessionário de serviço público, ainda que no exercício de prerrogativas públicas, não caracteriza ato administrativo.
- E) Os atos administrativos de gestão são os que a Administração Pública pratica sem usar da sua supremacia sobre os destinatários.

83 - É **correto** afirmar em relação à desapropriação de imóveis que:

- A) A desapropriação em nenhuma hipótese pode se dar sem justa indenização.
- B) Os concessionários de serviços públicos poderão promover desapropriações mediante autorização expressa em lei ou contrato.
- C) A desapropriação por utilidade pública deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de dois anos, contados da data da expedição do respectivo decreto, e findos os quais este caducará.
- D) A denominada "desapropriação indireta", muito comum em nosso país, é uma espécie de desapropriação de fato, permitida pela legislação brasileira, indenizável em até cinco anos.
- E) Havendo interesse público predominante, os Estados poderão desapropriar bens públicos federais, e os Municípios poderão desapropriar os Estaduais.

84 - Assinale a alternativa **correta**. O princípio da competitividade é peculiar à licitação, pois a competição favorece a obtenção da melhor proposta. Se à licitação comparecer apenas um interessado, o licitante deverá:

- A) Anular o edital e torná-lo mais claro para que outros interessados apareçam e haja competição.
- B) Republicar o edital, até que novos interessados se habilitem e haja competição.
- C) Cancelar a etapa da habilitação e examinar desde logo a proposta com vistas à contratação imediata do único interessado.
- D) Apurar a habilitação normalmente e, se considerado habilitado o interessado, a proposta deverá ser examinada como se outros disputantes houvesse.
- E) Apurar a habilitação normalmente e, em seguida, considerar automaticamente válida a proposta por ser a única apresentada.

85 - Em relação aos contratos administrativos é **incorreto** afirmar:

- A) Em situação de normalidade, se a Administração não pagar a parcela vencida em determinado mês, após trinta dias da data, está o contratado autorizado a paralisar o serviço objeto do contrato, alegando em seu favor a exceção de contrato não cumprido.
- B) O instituto previsto na legislação sobre contrato administrativo, referente à formalização da variação do valor contratual, decorrente de reajuste de preços previstos no contrato, que não caracteriza sua alteração, denomina-se "apostila".
- C) De acordo com a legislação pertinente, há situações em que os contratos administrativos podem ser rescindidos unilateralmente, mesmo que o contratado esteja cumprido fielmente as suas obrigações.
- D) Na hipótese de inexecução de contrato administrativo, a suspensão provisória ou temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar é aplicada se o contratado prejudicar a execução do contrato dolosamente.
- E) Em caso de se verificar atraso nos pagamentos devidos pela Administração, somente se este superar o prazo de noventa dias, em situação de normalidade, poderá o contratado optar pela suspensão da execução do contrato ou pela sua rescisão.

86 - É **correto** afirmar que constitui característica própria das parcerias público privadas:

- A) A possibilidade de dispensa de licitação.
- B) A celebração de contrato por prazo indeterminado.
- C) Ausência de compartilhamento de risco do parceiro público com o parceiro privado.
- D) No procedimento licitatório instaurado para selecionar o parceiro privado, o julgamento das propostas poderá anteceder à habilitação, além de se prever a possibilidade de oferecimento de lances em viva voz.
- E) É dispensável a criação de uma "sociedade de propósito específico".

87 - O Prefeito pode incorrer em improbidade administrativa, em face da Lei n.º 8.429/92, quando:

- I - Não rever a lei que instituir o Plano Diretor Municipal, pelo menos a cada dez anos, onde a houver.
- II - No processo de elaboração do Plano Diretor e na fiscalização de sua implementação, deixar de garantir, juntamente com o Poder Legislativo Municipal, a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários seguimentos da comunidade.
- III - Negar publicidade quanto aos documentos e informações produzidos no processo de elaboração do Plano Diretor Municipal.
- IV - Negar acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos no referido processo.
- V - Expedir licenças ou autorização de construção sem a elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).

Assinale a alternativa **correta**:

- A) As assertivas contempladas nos itens I, II, III e IV, estão corretas.
- B) Somente as opções I e II estão corretas.
- C) Só a alternativa V está correta.
- D) Todas as afirmações estão corretas.
- E) Somente as opções constantes dos itens II e V estão corretas.

88 - Assinale a assertiva **correta**. O princípio da autotutela da Administração Pública consiste:

- A) Na necessidade da Administração Pública de recorrer ao Poder Judiciário para proteger seus interesses e direitos.
- B) No poder-dever de retirada de atos administrativos por meio da anulação e da revogação.
- C) No poder de tutela administrativa ou supervisão ministerial exercida pela Administração Direta sobre as entidades da Administração Indireta.
- D) Na observância ao princípio da confiança legítima, eis que se exige uma previsibilidade ou calculabilidade emanadas dos atos estatais.
- E) No exercício do poder de polícia administrativo.

Direito Eleitoral

89 - Assinale a alternativa **correta**:

- A) São condições de elegibilidade: o domicílio eleitoral na circunscrição, o pleno exercício dos direitos políticos, a filiação partidária e a idade mínima de 18 anos para Deputado Estadual.
- B) Para que um partido político possa participar das eleições, é preciso que “até seis meses antes do pleito tenha registrado seu estatuto no Tribunal Regional Eleitoral”, e ainda, “tenha até a data da convenção órgão de direção constituído na circunscrição, de acordo com o respectivo estatuto”.
- C) Cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidatura de cada sexo.
- D) A mulher passou a ter o direito de votar no Brasil pela Constituição Federal de 1946.
- E) A impugnação das inelegibilidades legais absolutas poderá ser feita por qualquer candidato, partido político, e pelo Ministério Público, vedada tal iniciativa a coligação.

90 - Dispõe o artigo 219, *caput*, do Código Eleitoral que: “Na aplicação da lei eleitoral, o Juiz atenderá sempre aos fins e resultados a que ela se dirige, abstendo-se de pronunciar nulidade sem demonstração de prejuízo”. Assim, em determinado pleito eletivo municipal, o Ministério Público Eleitoral, não foi intimado pessoalmente para intervir em procedimento de recontagem de votos julgado e homologado pelo juízo eleitoral. Qual a solução **correta**, em caso de recurso?

- A) Envia-se os autos para a comarca de origem, intimando-se o Ministério Público Eleitoral “a posteriori”, sanando-se a irregularidade, eis que não houve prejuízo à recontagem dos votos, tendo o pleito eleitoral atingido plenamente a sua finalidade.
- B) Por se tratar de órgão eleitoral, a não intervenção do Ministério Público, torna anulável a decisão da primeira instância, pela qual se deu a recontagem dos votos, sem a participação do *Parquet*, na qualidade de “custos legis”.
- C) É nulo o processo no qual o Ministério Público Eleitoral não tenha sido intimado pessoalmente, na qualidade de fiscal da lei, devendo os autos ser enviados à origem para o novo julgamento.
- D) Não há falar-se em nulidade do processo de recontagem dos votos, se as partes interessadas aceitaram o novo resultado, que não causou qualquer prejuízo às candidaturas concorrentes, posto que dirimidas todas as controvérsias suscitadas em regular contraditório.

E) A atuação do *Parquet* Eleitoral constitui ato administrativo discricionário, restando certo que a não intimação do órgão Ministerial, não acarreta nulidade, em procedimento desta natureza, visto que cabe ao Juiz Eleitoral determinar ou não, de ofício, a intervenção do Ministério Público.

91 - É **correto** afirmar que os recursos eleitorais, segundo o Código Eleitoral:

- A) Possuem efeito suspensivo.
- B) Possuem efeitos devolutivo e suspensivo.
- C) Não possuem efeitos devolutivo, nem suspensivo, porque ocorre a preclusão do prazo recursal, em regra, em dois dias.
- D) Não possuem efeito suspensivo.
- E) Os recursos parciais entre os quais não se incluem os que versam sobre matéria referente aos registros de candidatos, interpostos para os Tribunais Regionais Eleitorais e para o Tribunal Superior Eleitoral não produzem efeitos, se ocorrida a diplomação dos candidatos eleitos, ainda que houver recurso pendente de decisão em outra instância.

Direito Institucional do Ministério Público

92 - O Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, conforme a Constituição Federal:

- A) compõe-se de quinze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de 2 (dois) anos, admitida uma recondução.
- B) escolherá, em votação secreta, um Corregedor Nacional, que necessariamente deverá ser Procurador da República ou Procurador de Justiça que integre o colegiado, vedando-se a recondução.
- C) pode rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de 1 (um) ano.
- D) pode receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público, ressalvando-se seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correccional da instituição.
- E) pode avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade, a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço, a perda do cargo, inclusive do membro do Ministério Público vitalício, e aplicar outras sanções administrativas, assegurada a ampla defesa.

93 - Analise as proposições abaixo:

- I - Figuram entre os princípios institucionais do Ministério Público a vitaliciedade e a independência funcional.
- II - O Ministério Público deve promover a imediata distribuição dos processos.
- III - Há subordinação hierárquica do membro do Ministério Público no plano administrativo, devendo acatar as decisões do órgão da Administração Superior.
- IV - O Ministério Público, por expressa vedação legal, não pode exercitar a administração pública de interesses privados.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) Todas as proposições estão corretas.
- B) Somente as proposições II e III estão corretas.
- C) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- D) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- E) Nenhuma proposição está correta.

94 - Analise as proposições abaixo:

- I - O Colégio de Procuradores de Justiça tem a função de revisar algumas decisões administrativas e disciplinares específicas, tomadas por outros órgãos da Administração Superior, inclusive oriundas do Procurador-Geral de Justiça.
- II - Os Procuradores de Justiça que oficiarem em grau de recurso podem e devem avaliar o trabalho desenvolvido pelo Promotor de Justiça em primeira instância, podendo enviar relatório ao Corregedor-Geral do Ministério Público.
- III - Compete ao Conselho Superior do Ministério Público indicar ao Procurador-Geral de Justiça, em lista tríplice, membros da Instituição enquanto candidatos a remoção ou promoção por merecimento.
- IV - O Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul tem atribuição para promover o inquérito civil e a ação civil pública contra Prefeito Municipal para a defesa do patrimônio público e social, podendo delegar essa atribuição a outro membro do Ministério Público.

Assinale a alternativa **correta**:

- A) Todas as proposições estão corretas.
- B) Somente as proposições I e II estão corretas.
- C) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- D) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- E) Somente as proposições II e III estão corretas.

Língua Portuguesa

95 - Interpretação do texto

A arte de ser feliz – Cecília Meireles

Houve um tempo em que minha janela se abria sobre uma cidade que parecia ser feita de giz. Perto da janela havia um pequeno jardim quase seco. Era uma época de estiagem, de terra esfarelada, e o jardim parecia morto. Mas todas as manhãs vinha um pobre com um balde, e, em silêncio, ia atirando com a mão umas gotas de água sobre as plantas. Não era uma rega: era uma espécie de aspersão ritual, pra que o jardim não morresse. E eu olhava para as plantas, para o homem, para as gotas de água que caíam de seus dedos magros e meu coração ficava completamente feliz. Às vezes abro a janela e encontro o jasmineiro em flor. Outras vezes encontro nuvens espessas. Avisto crianças que vão para a escola. Pardais que pulam pelo muro. Gatos que abrem e fecham os olhos, sonhando com pardais. Borboletas brancas, duas a duas, como refletidas no espelho do ar. Marimbondos que sempre me parecem personagens de Lope de Vega.

Às vezes, um galo canta.
Às vezes, um avião passa.
Tudo está certo, no seu lugar, cumprindo o seu destino.
E eu me sinto completamente feliz.
Mas, quando falo dessas pequenas felicidades certas,
que estão diante de cada janela, uns dizem que essas coisas não existem,
outros que só existem diante das minhas janelas, e outros,
finalmente, que é preciso aprender a olhar, para poder vê-las assim.

Glossário: Félix Lope de Vega y Carpio – Dramaturgo espanhol nascido em Madri, fundador da comédia espanhola e um dos mais prolíficos autores da literatura universal.

A partir da leitura e interpretação do texto acima, assinale a alternativa **correta**:

- A) O texto apresenta o modo descritivo-narrativo, trazendo como uma de suas mensagens a ideia de que o ser humano precisa aprender a ver com olhos conscientes para poder captar a realidade em sua plenitude.
- B) O texto apresenta o modo dissertativo-argumentativo, porque está baseado na defesa de uma ideia visando convencer o leitor de que as pessoas precisam enxergar as coisas e fatos mais singelos do cotidiano para alcançar a felicidade.
- C) O texto apresenta somente o modo narrativo, trazendo a ideia de que todos devem ter uma só visão sobre o mundo.
- D) O texto apresenta somente o modo injuntivo ou instrucional, pois objetiva, sobretudo, trazer explicações sobre a visão do ser humano, sem a finalidade de convencer o leitor por meio de argumentos.
- E) O texto apresenta somente o modo descritivo ao fazer o retrato minucioso escrito de um lugar, uma cena, uma pessoa e alguns animais, identificados como "*pequenas felicidades certas*".

96 - Assinale a alternativa em que a crase foi empregada **corretamente**:

- A) Vieram à pé.
- B) Ficamos à admirá-los.
- C) Refiro-me à uma pessoa educada.
- D) Enfrentaram-se cara à cara.
- E) Fernanda entrou em medicina, na federal, à força de muito estudo.

97 - Assinale a opção **correta** em relação à função gramatical da palavra "quê" empregada na seguinte frase: "QUE poderemos desejar melhor que a saúde?":

- A) Pronome substantivo indefinido.
- B) Partícula expletiva.
- C) Advérbio de intensidade.
- D) Conjunção consecutiva.
- E) Substantivo.

98 - Assinale a questão **correta** de concordância verbal, referente ao verbo haver (em sentido de existir) e fazer (indicando tempo):

- A) Havia aparecido manchas de óleo no mar.
- B) Deve haver coisas erradas.
- C) Houveram vários debates sobre o tema.
- D) Haviam candidatos distraídos.
- E) Estão fazendo três anos que ela nasceu.

99 - Assinale a hipótese que apresenta a grafia **correta** dos vocábulos e locuções:

- A) Bandeja, a que horas, em redor, na saída.
- B) Bandeija, apoioamento, à socapa, asterisco.
- C) Em que horas, asterístico, ao redor, à saída.
- D) À sorrrelfa, à paisano, ao meu ver, amiúde.
- E) A meu ver, à mesa, em que horas, aforisma.

100 - Assinale a alternativa da oração que empregou **incorretamente** o uso do porquê:

- A) Estes são os direitos por que estamos lutando.
- B) Estudei bastante ontem à noite. Sabe por quê?
- C) Vou ao supermercado porque não temos mais frutas.
- D) Você não vai à festa? Diga pelo menos um porquê.
- E) Você veio até aqui por que não conseguiu telefonar?

